

NEWSLETTER DIGESTO N.º 17/2018

Disponibilização: 27 de agosto de 2018

Período abrangido: 13 a 24 de agosto de 2018



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Administração Interna
 - Proteção Civil
 - Segurança
2. Administração e Políticas Públicas
3. Agricultura
4. Ambiente
 - Florestas e Desenvolvimento Rural
5. Animais
6. Defesa
7. Direitos, Liberdades e Garantias
 - Igualdade e inclusão
8. Economia
 - Atividade Económica
 - Energia
 - Inovação e Empreendedorismo
 - Transportes
 - Turismo
9. Educação e Ensino Superior
10. Eleições
11. Justiça
 - Decisões e Pareceres
 - Política de Justiça

- 12. Negócios Estrangeiros
 - Negócios Estrangeiros e Cooperação
- 13. Poder Local
- 14. Regiões Autónomas
 - Açores
 - Madeira
- 15. Saúde
- 16. Solidariedade e Segurança Social
- 17. Trabalho

Transposição de Diretivas

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- PROTEÇÃO CIVIL

[Despacho n.º 8061-A/2018, de 17 de agosto](#)
(Administração Interna - Gabinete do Ministro)

Declara a Situação de Alerta para o período compreendido entre os dias 18 e 22 de agosto de 2018, para os Distritos de Braga, Bragança, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

- SEGURANÇA

[Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União.

[Portaria n.º 397/2018, de 13 de agosto](#)

(Negócios Estrangeiros, Finanças, Administração Interna e Justiça - Gabinetes dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Administração Interna e da Ministra da Justiça)

Altera (quarta alteração) a Portaria n.º 1245/2006, de 25 de agosto, que define o regime das taxas aplicadas à emissão do passaporte eletrónico.

2. ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

[Lei n.º 58/2018, de 21 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Cria a Comissão Independente para a Descentralização.

3. AGRICULTURA

[Despacho Normativo n.º 11/2018, de 20 de agosto](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

No âmbito do Regulamento (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, determina que a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) é a autoridade competente responsável pela realização dos controlos oficiais.

4. AMBIENTE

- FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

[Despacho n.º 7739/2018, de 13 de agosto](#)
(Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Determina o levantamento das proibições estabelecidas no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, em área percorrida pelo incêndio de 17 de junho de 2017 do concelho de Pedrógão Grande, necessária à execução de projeto de exploração agrícola e florestal.

[Lei n.º 56/2018, de 20 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Cria o observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional.

[Portaria n.º 232-B/2018, de 20 de agosto](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece um regime especial da tipologia de intervenções específicas e dos níveis e limites de apoio, em derrogação do disposto no n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, que estabelece o regime de aplicação do apoio 6.2.2, «Restabelecimento do potencial produtivo», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

5. ANIMAIS

[Despacho n.º 8196/2018, de 21 de agosto](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Aprova o modelo de Boletim Sanitário de Cães e Gatos.

6. DEFESA

[Despacho n.º 7861/2018, de 16 de agosto](#)
(Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Diretiva de Orientação Política para o Planeamento das Forças Nacionais no Exterior para o Ano Civil de 2019.

7. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- IGUALDADE E INCLUSÃO

Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto (Ambiente)

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, que estabelece o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto (Assembleia da República)

Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor e altera (primeira alteração) a Lei n.º 10/2001, de 21 de maio, que institui um relatório anual sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, que regulamenta e altera o Código do Trabalho, e o Decreto-Lei n.º 76/2012, de 26 de março, que aprova a orgânica da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Portaria n.º 235/2018, de 23 de agosto (Planeamento e das Infraestruturas)

Altera (quarta alteração) o Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março.

8. ECONOMIA

- ATIVIDADE ECONÓMICA

[Portaria n.º 228/2018, de 13 de agosto](#)

(Justiça, Planeamento e das Infraestruturas e Economia)

Aprova o modelo de contrato de mediação imobiliária.

[Aviso n.º 11697/2018, de 20 de agosto](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.)

Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes ao 3.º trimestre de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

[Aviso n.º 11698/2018, de 20 de agosto](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.)

Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes ao 2.º trimestre de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

[Aviso n.º 12034/2018, de 23 de agosto](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.)

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

- ENERGIA

[Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera o Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares.

- INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

[Decreto-Lei n.º 68/2018, de 17 de agosto](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o Fundo de Fundos para a Internacionalização.

[Despacho n.º 8137/2018, de 20 de agosto](#)
(Planeamento e das Infraestruturas - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.)

Altera o regulamento que define os procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) no domínio da Competitividade e Internacionalização, adotado pelo Despacho n.º 1122/2016, de 25 de janeiro de 2016.

- TRANSPORTES

[Regulamento n.º 565/2018, de 21 de agosto](#)
(Autoridade da Mobilidade e dos Transportes)

Aprova o Regulamento de Mediação e de Conciliação no âmbito da resolução extrajudicial de conflitos em matéria de transportes.

- **TURISMO**

[Lei n.º 62/2018, de 22 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, que aprova o regime de autorização de exploração dos estabelecimentos de alojamento local.

9. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Portaria n.º 229-A/2018, de 14 de agosto](#)
(Educação)

Procede à regulamentação dos cursos artísticos especializados de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano, a que se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho (que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens).

[Despacho n.º 7814/2018, de 14 de agosto](#)
(Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e dos Secretários de Estado da Educação e da Juventude e do Desporto)

Procede para o ano letivo de 2018/19 a um reforço do crédito horário disponível para o desporto escolar.

[Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior.

[Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de ensino superior atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras.

[Deliberação n.º 925/2018, de 17 de agosto](#)
(Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior)

Determina a atualização de taxas a cobrar por procedimentos complementares de avaliação e acreditação.

[Portaria n.º 232-A/2018, de 20 de agosto](#)
(Educação)

Procede à regulamentação dos cursos artísticos especializados de Design de Comunicação, de Design de Produto, de Produção Artística e de Comunicação Audiovisual a que se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

[Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto](#)
(Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à regulamentação dos cursos profissionais a que se referem as alíneas a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro (que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que regulam o seu funcionamento), e b) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho (que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens).

10. ELEIÇÕES

[Lei n.º 47/2018, de 13 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera (quinta alteração) a Lei n.º 13/99, de 22 de março, que estabelece o novo regime jurídico do recenseamento eleitoral, e consagra medidas de recenseamento eleitoral de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro.

[Lei Orgânica n.º 3/2018, de 17 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera a Lei n.º 14/79, de 16 de maio, que aprova a Lei Eleitoral para a Assembleia da República (sexta alteração), o Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República (vigésima primeira alteração), a Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais (oitava alteração), a Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, que aprova o regime jurídico do referendo local (terceira alteração), e revoga o Decreto-Lei n.º 95-C/76, de 30 de janeiro, que estabelece a organização do processo eleitoral no estrangeiro.

11. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

[Parecer n.º 22/2017, de 17 de agosto](#)
(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Torna público o Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República sobre "Transição de trabalhadores da Editorial do Ministério da Educação para o regime de carreira e remunerações da Administração Pública e regime aplicável às nomeações dos respetivos vogais do Conselho de Administração", votado na sessão de 1 de fevereiro de 2018 e homologado por despachos dos Secretário de Estado da Educação e Secretário de Estado da Administração e do Emprego Público, de 18 de fevereiro de 2018 e de 8 de junho de 2018.

- POLÍTICA DE JUSTIÇA

[Lei n.º 48/2018, de 14 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legitimário na convenção antenupcial.

[Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Cria o regime jurídico do maior acompanhado, eliminando os institutos da interdição e da inabilitação, previstos no Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966.

[Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto](#)
(Finanças e Justiça)

Regulamenta o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (Regime Jurídico do RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

12. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

[Aviso n.º 106/2018, de 20 de agosto](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público terem sido cumpridos os respetivos requisitos de direito interno para aprovação do Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha através do qual se estabelece a linha de fecho das desembocaduras dos rios Minho e Guadiana e se delimitam os troços internacionais de ambos os rios, assinado em Vila Real, a 20 de maio de 2017.

[Aviso n.º 11938/2018, de 22 de agosto](#)
(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Publicita as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de setembro de 2018.

[Aviso n.º 107/2018, de 24 de agosto](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público terem sido cumpridos pelos dois Estados os respetivos requisitos do direito interno para a entrada em vigor da Convenção entre a República Portuguesa e Barbados para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Londres, em 22 de outubro de 2010.

13. PODER LOCAL

[Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

[Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro.

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 32/2018/A, de 14 de agosto](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Aprova o 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018.

- MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 13/2018/M, de 14 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Adapta à Região a Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, sobre o processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, definindo os termos aplicáveis à regularização de áreas urbanas de génese ilegal na região.

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 26/2018/M, de 17 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Determina os limites de vento no Aeroporto da Madeira - Cristiano Ronaldo.

[Decreto Legislativo Regional n.º 14/2018/M, de 20 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Estabelece os limites de velocidade distintos nas vias rápidas e expresso, desde que verificadas determinadas condições.

[Decreto Legislativo Regional n.º 15/2018/M, de 20 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Cria a carreira especial de técnico de espaços verdes da Região Autónoma da Madeira e estabelece o seu regime.

[Decreto Legislativo Regional n.º 16/2018/M, de 20 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Cria incentivos à fixação de médicos no Serviço Regional de Saúde na Região Autónoma da Madeira.

[Decreto Legislativo Regional n.º 17/2018/M, de 20 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Cria a carreira especial de sapedor florestal da Região Autónoma da Madeira e estabelece o seu regime, bem como altera o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M, de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do sistema de proteção civil da Região Autónoma da Madeira.

[Decreto Legislativo Regional n.º 18/2018/M, de 22 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Procede à alteração do Plano de Desenvolvimento Económico e Social Regional para o período 2014-2020, designado «Compromisso Madeira@2020», aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/M, de 10 de abril.

[Decreto Legislativo Regional n.º 19/2018/M, de 22 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Cria a Área Protegida da Ponta do Pargo.

15. SAÚDE

[Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Estabelece o regime de prevenção e controlo da doença dos legionários e altera (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, que aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

[Lei n.º 55/2018, de 20 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Estabelece a obrigatoriedade de procedimento concursal para recrutamento dos médicos recém-especialistas que concluíram com aproveitamento a formação específica.

16. SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à criação da 4.ª geração do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social e aprova, ainda, o respetivo regulamento específico que estabelece as normas orientadoras para a execução do Programa CLDS-4G.

[Lei n.º 54/2018, de 20 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Cria o regime excecional de indexação das prestações sociais dos deficientes das Forças Armadas.

[Portaria n.º 232/2018, de 20 de agosto](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Planeamento e das Infraestruturas)

Altera (segunda alteração) o regulamento geral do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) e a regulamentação específica do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas em Portugal (POAPMC), para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2020, aprovados pela Portaria n.º 190-B/2015, de 26 de junho, e alterados pela Portaria n.º 51/2017, de 2 de fevereiro

17. TRABALHO

[Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor e altera (primeira alteração) a Lei n.º 10/2001, de 21 de maio, que institui um relatório anual sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, que regulamenta e altera o Código do Trabalho, e o Decreto-Lei n.º 76/2012, de 26 de março, que aprova a orgânica da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

[Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

Digesto@jurisapp.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão